Demonstrações Financeiras

Água Vermelha Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
7º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **Água Vermelha Transmissora de Energisa S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Água Vermelha Transmissora de Energisa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais



assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, a Companhia registra o montante de R\$ 161.536 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontram em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*IFRS15 – Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos contratos de concessão verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação projetos de construção: (a) a análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b)



a avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (v) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela Diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 6, 12 e 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes em decorrência dos efeitos da correção de erros identificados no cálculo e registro do PIS e da Cofins diferidos sobre o ativo de contrato, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social, conforme descrito na nota explicativa 3.14, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 09 de junho de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3.14 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2020 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP015199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos Contador CRC - 1RJ093771/O-9

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 01 de janeiro de 2020 (Em milhares de reais)

			31/12/2020	01/01/2020
A.C.			(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo Circulante				
	5	35.844	12.048	8.295
Caixa e equivalentes de caixa Impostos a Recuperar	3	33.644 6	12.046	6.295 31
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	9.522	-	-
Total do ativo circulante	•	45.372	12.071	8.326
Total do alivo oliodianto	•	40.012	12.07 1	0.020
Não circulante				
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	152.014	77.380	15.421
Total do ativo não circulante	•	152.014	77.380	15.421
Total do ativo		197.386	89.451	23.747
Passivo e patrimônio líquido Circulante Fornecedores Tributos e encargos sociais a recolher Empréstimos e financiamentos Dividendos	7 8 10	33.583 123 176 9.754	4.975 316 - 10.505	42 47 - 1.322
Total do passivo circulante		43.635	15.796	1.411
Não circulante				
Empréstimos e debêntures a pagar	8	104.216	37.035	-
Impostos renda e contribuição social diferidos	9	5.164	2.473	493
Total do passivo não circulante	•	109.380	39.508	493
Patrimônio líquido				
Capital social	10	18.519	18.519	18.519
Reserva Legal	10	2.079	1.105	139
Reserva de lucros	10	23.773	14.524	3.185
Total do patrimônio líquido		44.371	34.148	21.843
Total do passivo e patrimônio líquido	-	197.386	89.451	23.747

Demonstração do resultado do exercício 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
			(reapresentado)
Receita operacional líquida	12	84.158	61.959
Custos de construção	13	(54.129)	(37.165)
Lucro Bruto		30.029	24.794
Despesas gerais e administrativas	14	(483)	(255)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		29.546	24.539
Receitas financeiras		957	173
Despesas financeiras		(8.036)	(1.199)
Resultado financeiro	15	(7.079)	(1.026)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		22.467	23.513
Imposto de renda e contribuição social corrente	9	(304)	(46)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	(2.690)	(1.980)
Lucro líquido do exercício		19.472	21.488

Demonstração do resultado abrangente 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	19.472	21.488
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	
Resultado abrangente do exercício	19.472	21.488

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Reserva legal	Reserva de Lucro	Total
Em 01 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	18.519	-	139	3.185	21.843
Lucro líquido do exercício	-	21.488	-	-	21.488
Constituição de reserva legal	-	(966)	966	-	-
Dividendos	-	(9.183)	-	-	(9.183)
Constituição de reserva de lucros	-	(11.339)	-	11.339	· -
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	18.519	-	1.105	14.524	34.148
Lucros líquido do exercício	-	19.472	-	-	19.472
Constituição de reserva legal	-	(974)	974	-	-
Dividendos	-	(9.249)	-	-	(9.249)
Constituição de reserva de lucros	-	(9.249)	-	9.249	` <u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2021	18.519	•	2.079	23.773	44.371

Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
		(reapresentado)
Lucro Líquido Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	19.472	21.488
Despesas com juros Impostos correntes e diferidos Remuneração do ativo de contrato	7.076 2.994 (17.057)	861 2.026 (5.980)
Margem de construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	(12.970)	(18.814)
(Aumento) redução nos ativos operacionais: Tributos a recuperar	17	8
Aumento (redução) nos passivos operacionais: Fornecedores e outras obrigações Obrigações fiscais Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	28.608 (496) 27.644	4.933 223 4.745
Fluxo de caixa das atividades de investimento: Aplicação em Linhas de Transmissão Aplicações financeiras e recursos vinculados Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(54.129) 957 (53.172)	(37.165) 173 (36.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Novos empréstimos e financiamentos e debêntures Pagamentos de dividendos Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	59.324 (10.000) 49.324	36.000 - 36.000
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	23.796	3.753
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.048 35.844	8.295 12.048
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	23.796	3.753

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2017 e domiciliada na Avenida Pasteur, 110/sala 945, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é instalações de transmissão localizada no estado de Minas Gerais, compostas pelo Compensador Estático de Reativos, em 500 KV, 150/+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 10 de Fevereiro de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2017 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 10 de Fevereiro de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados de Minas Gerais, compostas pelo compressor estático de reativos, em 500 KV, 150/+300 Mvar, na Subestação Padre Paraíso 2, Conexões, Barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A obrigação da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos é:

 (I) operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica--Continuação

- (II) realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (III) organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (IV) atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- (V) submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (VI) manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (VII) operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Impactos da COVID 19 nos negócios da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica, a Companhia segue monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis para mitigar possível atrasos e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo.

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020 e 2021

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Nota explicativa 6 Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão; e
- Nota explicativa 9 Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido.

2.3.1. Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Cl	assificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u> - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a AVT regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Com a entrada em vigor em 1° de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma "Concessão do serviço público (ativo contratual)". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omisso, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

- I metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Reconhecimento de receita--Continuação

Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual.

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.14. Reapresentação das informações financeiras

Os valores correspondentes do balanço patrimonial referentes a 31 dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em função da identificação de erro no cálculo e registro dos PIS e da Cofins diferidos sobre o cálculo do ativo de contrato, bem como dos correspondentes impactos sobre o efeito de imposto de renda e contribuição social. O resumo dos impactos está detalhado abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Reapresentação das informações contábeis--Continuação

a) Balanço patrimonial

Passivo e patrimônio líquido	Divulgado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
Circulante			
Fornecedores	42	-	42
Tributos e encargos sociais a recolher	47	-	47
Dividendos	1.322	-	1.322
Total do passivo circulante	1.411	-	1.411
Não circulante			
Impostos renda e contribuição social diferidos	414	79	493
PIS e COFINS diferidos	562	(562)	-
Total do passivo não circulante	976	(483)	493
Patrimônio líquido			
Capital social	18.519	-	18.519
Reserva legal	139	-	139
Reserva de lucros	2.702	483	3.185
Total do patrimônio líquido	21.360	483	21.843
			_
Total do passivo e patrimônio líquido	23.747	-	23.747
Passivo e patrimônio líquido	Divulgado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
		-	
Circulante			
Fornecedores	4.975	-	4.975
Tributos e encargos sociais a recolher Dividendos	316	-	316
Total do passivo circulante	10.505 15.796	<u> </u>	10. 505 15.796
rotal do passivo circularite	15.790		15.790
Não circulante			
Empréstimos e debentures a pagar	37.035	-	37.035
Impostos renda e contribuição social diferidos	2.287	185	2.472
PIS e COFINS diferidos	2.824	(2.824)	
Total do passivo não circulante	42.146	(2.639)	39.507
Patrimônio líquido			
Capital social	18.519	-	18.519
Reserva legal	1.105	-	1.105
Reserva de lucros	11.885	2.639	14.524
Total do patrimônio líquido	31.509	2.639	34. 148
Total do passivo e patrimônio líquido	89.451		89.451
Total do passivo e patrillonio liquido	09.431	-	03.431

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Reapresentação das informações contábeis--Continuação

b) Demonstração do resultado do exercício

	Divulgado 01/01/2020	Ajustes	Reapresentado 01/01/2020
Receita operacional líquida	8.858	562	9.420
Custos de construção	(5.624)	-	(5.624)
Resultado operacional bruto Despesas gerais e administrativas	3.234 (356)	562 -	3.796 (356)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.878	562	3.440
Receitas financeiras Despesas financeiras Resultado financeiro	236 (5) 231	- - -	- - -
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.109	562	3.671
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	(67) (259)	- (79)	0 (67) (338)
Lucro líquido do exercício	2.783	483	3.266

	Divulgado 31/12/2020	Ajustes	Reapresentado 31/12/2020
Receita operacional líquida	59.696	2.263	61.959
Custos de construção	(37.165)	-	(37.165)
Resultado operacional bruto Despesas gerais e administrativas	22.531 (255)	2.263	(24.794) (255)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	22.276	2.263	24.539
Receitas financeiras Despesas financeiras Resultado financeiro	173 (1.199) (1.026)	- - -	173 (1.199) (1.026)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.250	2.263	23.513
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	(46) (1.872)	- (107)	(46) (1.979)
Lucro líquido do exercício	19.332	2.156	21.488

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Reapresentação das informações contábeis--Continuação

c) <u>Demonstração da mutação do patrimônio</u>

	Divulgado				
_	Capital social	Lucros acumulados	Reserva legal	Reserva de retenção Lucros	Total
Em 01 de dezembro de 2020	18.519	-	139	2.702	21.360
Lucros líquido do exercício	-	19.332	-	-	19.332
Constituição de reserva legal	-	(966)	966	-	-
Dividendos	-	(9.183)	-	-	(9.183)
Constituição de reserva de lucros	-	(9.183)	-	9.183	-
Em 31 de dezembro de 2020	18.519	-	1.105	11.885	31.509
		R	eapresentado		
Em 01 de dezembro de 2020	18.519	-	139	3.185	21.843
Lucros liquido do exercício	-	21.488	-	-	21.488
Constituição de reserva legal	-	(966)	966	-	-
Dividendos	-	(9.183)	-	-	(9.183)
Constituição de reserva de lucros	-	(11.339)	-	11.339	
Em 31 de dezembro de 2020	18.519	-	1.105	14.524	34.148

a) Demonstração do resultado abrangente

_	Divulgado		Reapresentado
	01/01/2020	Ajustes	01/01/2020
Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes	19.332	2.263	21.488
Resultado abrangente do exercício	19.332	2.263	21.488

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Reapresentação das informações contábeis--Continuação

b) Demonstração do fluxo de caixa

	Divulgado		Reapresentado
	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	19.332	2.156	21.488
Despesas com Juros	861		861
Impostos correntes e diferidos	2.026	_	2.026
Remuneração do ativo de contrato	(5.980)	_	(5.980)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da Transmissão	(0.000)		(0.000)
	(18.814)		(18.814)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	,		,
Tributos a recuperar	8	-	8
'			
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	-	-	
Fornecedores e outras obrigações	4.933	-	4.933
Obrigações fiscais	2.379	(2.156)	223
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	4.745	· -	4.745
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação em Linhas de Transmissão	(37.165)	-	(37.165)
Aplicações financeiras e recursos vinculados	173	-	173
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(36.992)	-	(36.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimo	36.000	-	36.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	36.000	-	36.000
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.753		3.753
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.295	_	8.295
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.048	_	12.048
Odina e equivalentes de caina no nin do exercicio	12.040	_	12.040
Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de			
caixa	3.753	-	3.753

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	35	53
Fundos de renda fixa (i)	35.809	11.995
	35.844	12.048

(i)A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Renda Fixa. Sendo elas BNB Institucional FI Renda Fixa, BNB Conta Reserva FI RF REF DI e Itaú TOP DI FIC R. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2021 equivale a 90% do CDI, no ano de 2020 a remuneração foi de 86% do CDI.

6. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessão do serviço público (ativo de contrato)--Continuação

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	AVT
Linhas de Transmissão	Padre Paraíso 2
Margem de construção	32%
Margem de operação e manutenção	10,96%
Taxa de remuneração	15,90%
Índice de correção dos contratos	IPCA
Ativo de contrato 31/12/2020	77.380
Receita de remuneração do ativo de contrato	17.057
Receita das margens da obrigação de performance de construção	12.970
Receita de Construção da Infraestrutura	54.129
Ativo de contrato 31/12/2021	161.536
Circulante	9.522
Não circulante	152.014

7. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	=	31/12/2021	31/12/2020
GE - Grid Solutions Transmissora de Energia Ltda.	(i)	33.352	4.232
Laureano & Meirelles Engenharia Ltda		56	-
Engetecnica engenharia e construção LTDA		121	705
Arpoador Construções e Projetos Ltda		31	36
Outros fornecedores		23	2
Total circulante	-	33.583	4.975

⁽i) O fornecedor refere-se a venda de materiais e serviços ligados a construção da linha de transmissão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimo e debêntures a pagar

Credor	Encargos	Data final	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento BNB (a) Emissão de debêntures (b)	IPCA + 1,46% IPCA + 6.62%	15/04/2041 15/11/2035	81.009 23.383	37.035
Emissão de descritares (b)	11 0/(1 0,02/0	10/11/2000	104.392	37.035

A movimentação do empréstimo e debêntures estão demonstradas a seguir:

Empréstimos

	Saldos em 2020	Captação	Encargos, atualização monetária e Custos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldos em 2021
Mensurada ao custo Moeda Nacional						
Mensurado ao valor justo IPCA Total	37.035 37.035	35.941 35.941	8.033 8.033	<u>-</u>	<u>-</u>	81.009 81.009
Circulante Não Circulante	- 37.035					176 80.833

<u>Debêntures</u>

	Saldos em 2020	Captação	Encargos, atualização monetária e Custos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Saldos em 2021
Mensurada ao custo Moeda Nacional						
Mensurado ao valor justo IPCA Total	<u>-</u>	23.500 23.500	(117) (117)	<u>-</u>	<u>-</u>	23.383 23.383
Circulante Não Circulante	-					23.383

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e debêntures a pagar--Continuação

- (a) Contrato de Financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, número 5.2019.256.6131, programa PROINFRA, assinado em 05 de abril de 2019 no valor total de R\$ 71.941. O primeiro saque foi de R\$ 36.000 em 17 de setembro de 2020, o segundo saque foi em 25 de março de 2021 foi no valor de R\$ 30.000. e o terceiro saque foi de R\$ 5.941. Recursos captados com objetivo de implementar a linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2021, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas ("Covenants").
- (b) Em 29 de novembro de 2021 a Companhia realizou emissão, composta de principal e juros, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por 6,6189% a.a., as debêntures não são conversíveis em ações e com vencimento em 15 de novembro de 2035. Foram emitidas 2.350 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando em R\$ 23.500. As debêntures tem por objetivo o investimento no projeto de linha de transmissão.

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	2021
2023	2.859
2024	3.286
2025	3.551
2026	3.821
2027 a 2041	90.698
Total	104.216

9. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda Diferido	3.353	1.747
Contribuição social sobre o lucro líquido	1.811	943
Total líquido – passivo não circulante	5.164	2.473

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente--Continuação

As diferenças temporárias, considerando a presunção do regime de tributação, são:

	20)21	` .	sentado))20
-	Base de cálculo	IRPJ +CSLL	Base de cálculo	IRPJ +CSLL
Passivo		<u>-</u>		
Concessão do serviço público – ativo de contrato	167.856	5.164	80.309	2.473
Total -	167.856	5.164	80.309	2.473

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

		(Reapresentado)
	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Construção da Infraestrutura Receita das margens da obrigação de	54.129	37.165
performance de construção	12.970	18.814
Receita de remuneração do ativo de contrato	17.057	5.980
Total	84.156	61.959
Total com Gross up	87.344	64.306
Presunção IRPJ - 8%	6.988	5.144
Presunção CSLL -12%	10.482	7.717
IRPJ - 15%	(1.048)	(772)
Adicional - 10%	(699)	(514)
Total IRPJ diferido	(1.747)	(1.286)
Total CSLL diferido - 9%	(943)	(694)
Total IRPJ e CSLL diferidos (a)	(2.690)	(1.980)

⁽a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "3.14 Reapresentação das Informações contábeis" da respectiva demonstração financeira.

Movimentação do imposto de renda e da contribuição social corrente:

		(Reapresentado)
	31/12/2021	31/12/2021
Receita corrente	957	173
IRPJ Adicional de IRPJ	(144) (74)	(28)
CSLL	(86)	(18)
	(304)	(46)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2021 e 2020 é representado somente por ações ordinárias:

			Capital	social		
	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Vinci Infra Co investimentos Vinci Infra Transmissão	7.407.700 11.111.301	7.408 11.111	40% 60%	7.407.700 11.111.301	7.408 11.111	40% 60%
	18.519.001	18.519	100%	18.519.001	18.519	100%

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	Reserva legal		
	31/12/2021	(Reapresentado) 31/12/2020	
Lucro líquido do exercício	19.472	21.488	
Reserva legal - 5%	(974)	(966)	
Reserva legal anos anteriores	1.105	139	
Reserva legal do exercício	974	966	
	2.079	1.105	

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2021	(Reapresentado) 31/12/2020
Saldo inicial Reserva de lucro	14.524 9.249	3.185 11.339
Saldo final	23.773	14.524

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio Líquido--Continuação

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 50%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2021	Reapresentado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	19.472	21.488
Reserva legal - 5%	(974)	(966)
Base de cálculo de dividendos	18.499	20.522
Alíquota	50%	50%
Dividendos propostos (a)	9.249	9.183

⁽a) A partir da reapresentação dos saldos de 2020, a Companhia teve um impacto no resultado auferido, porém como a mesma não pode alterar os montantes de dividendos provisionados e distribuídos a diferença (R\$1.078) no cálculo da reserva legal do saldo reapresentado foram considerados dentro da rubrica de reserva de lucro.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	10.505	1.322
Dividendos	9.249	9.183
Dividendos pagos	(10.000)	-
Saldo final	9.754	10.505

11. Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2021	Reapresentado 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	19.472	21.488
Lucro líquido por ação - em Reais (R\$)	1,0515	1,1603

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

Receita Operacional Líquida

	31/12/2021	Reapresentação 31/12/2020
Receita Bruta		
Receita de construção (a)	69.640	58.100
Receita de remuneração (a)	17.704	6.206
	87.344	64.306
(-) Deduções		
PiS e COFINS - Efeito gross-up dos tributos de ativo de		
contrato (*) (a)	(3.186)	(2.347)
Receita Líquida	84.158	61.959

^(*) *Gross up* é o termo técnico para reajuste para base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto, ou seja, com impostos.

(a) As linhas acima tiveram impacto devido a reapresentação dos saldos, devido principalmente, pela mudança de divulgação da receita líquida em 2020 para receita bruta em 2021, que impactou na duplicidade do registro de PIS e COFINS diferido, efeitos da correção de erro conforme nota "3.14 Reapresentação das Informações contábeis" da respectiva demonstração financeira.

13. Custos de construção

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Terceiros	(12.928)	(32.624)
Tributos	(2.292)	(1.015)
Desenvolvimento de projetos	(38.078	(2.455)
Outros custos	(831)	(1.071)
	(54.129)	(37.165)

14. Despesas gerais e administrativas

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(16)	(15)
Serviço de Terceiros	(447)	(226)
Seguros	(9)	(14)
Despesa com impostos e taxas	(11)	-
	(483)	(255)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Tarifas, multa e juros s/ empréstimo e debêntures Atualização monetária s/ empréstimo e debêntures Outras despesas financeiras	(8.033) (1) (2)	(164) (1.035)
Despesas financeiras	(8.036)	(1.199)
Receitas sobre aplicação financeira Receitas financeiras	957 957	173 173
Resultado financeiro, líquido	(7.079)	(1.026)

As despesas financeiras são constituídas por tarifas de análise de crédito para estudo dos projetos de infraestrutura, e aprovação de operação de financiamento.

16. Seguro

	Importância	
Modalidade	segurada	Período de vigência
Riscos de Engenharia (i)	113.782	01 de junho de 2020 até 01 de junho de 2022
Riscos Administrativos e Ambientais (ii)	25.699	25 de outubro de 2020 até 25 de outubro de 2022
Seguros-garantia Pottencial (iii)	9.739	09 de fevereiro de 2017 até 06 de novembro de 2022

- (i) Seguro da Tokio Marine apólice 670 0000022460
- (ii) Seguro da Chubb, apólice 16.10.0018775.28
- (iii) Seguro da Pottencial: Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens:
 - (a) Processos administrativos.
 - (b) Processos judiciais, inclusive execuções fiscais.
 - (c) Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa.
 - (d) Regulamentos administrativos.

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 16 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2020), sendo pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas operacionais" como "Despesas com pessoal".

A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Pró-labore	13	13
Encargos sociais e benefícios	3	2
	16	15

18. Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como seque:

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nivel	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	2	35	53
Aplicações financeiras	2	35.809	11.995
, phosper manes as	_	33.333	
Passivos mensurados pelo custo			
amortizado		31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	2	104.391	37.035
Fornecedores	2	33.583	4.975

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

 Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Gestão de risco financeiro--Continuação

- Nível 2 preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

18.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Gestão de risco financeiro--Continuação

18.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O índice de endividamento é de 2,6407% em 31 de dezembro de 2021.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está expostas é o seguinte:

Risco relacionado às taxas de juros

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: caixas e equivalentes; e títulos e valores mobiliários.

d) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Companhia não reconhece nenhuma contingência em 31 de dezembro de 2021.

20. Evento subsequente

A concessão do Lote 5 do Leilão de Transmissão 013/2015 – 2ª Etapa originalmente concedida a SPE ECB ME Energia S.A (ECB), teve a anuência da ANEEL para transferência da operação à Água Vermelha Transmissora de Energia S.A. "AVT" através do Despacho ANEEL nº 1.935, de 24/08/2018. Imediatamente após a decisão da anuência pela Agência, a AVT promoveu as diligências necessárias ao prosseguimento das ações envolvendo o Projeto Básico e demais atividades referentes a construção o SVC, tendo encaminhado ao ONS a 2ª. revisão de documentação do projeto básico em janeiro de 2019. Desde então o processo de fornecimento, construção, montagem e comissionamento foram iniciadas e houve uma sequência de análises do Projeto Básico pelo ONS e revisões pela AVT. A dinâmica do processo envolve longos prazos para análise do material pelo Operador bem como para revisão pelo fabricante (GE Grid Solutions) dos documentos do projeto básico provocando a alteração da data de energização prevista para 09/02/2022. Atualmente o empreendimento encontra-se concluído aguardando a aprovação do projeto básico e posterior emissão dos termos de liberação de teste e termo de liberação definitiva que estão previstos para 30/07/2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca Diretora Financeira

> Vagner Alexandre Serratto Diretor de Operações

Responsável técnico pelas demonstrações financeiras

Leandro Barbalho de Brito Contador CRC-RJ 092.334/O-9